

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

CIÊNCIAS SOCIAIS ENTRE A “SOCIEDADE” E A “POLÍTICA”:
FUNDAÇÃO FORD E AS DISPUTAS INTERPRETATIVAS EM TORNO
DO SENTIDO DO GOLPE DE 1964

Dayvison Wilson Bento da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6913>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Dmitri Fernandes (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4584-8625>)

CIÊNCIAS SOCIAIS ENTRE A “SOCIEDADE” E A “POLÍTICA”: FUNDAÇÃO FORD E AS DISPUTAS INTERPRETATIVAS EM TORNO DO SENTIDO DO GOLPE DE 1964

AUTOR: Dayvison Wilson Bento da Silva.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8093-8559>.

dayvison.silva@usp.br

Mestrando no PPGS-USP. São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO

Este artigo busca analisar as tensões do campo sociológico brasileiro nos anos de 1960, verificando a existência de um antagonismo entre modelos de ciência para o país no período. Como forma de acessar tais tensionamentos, defini como objeto as disputas interpretativas de dois grupos em torno do sentido do golpe de 1964: um primeiro, de autores que tomavam como eixo a sociologia para explicar o golpe e a ditadura (Florestan Fernandes como representante deste paradigma), e um segundo, que via na ciência política a disciplina mais bem ajustada para a compreensão desses fenômenos (Wanderley Guilherme dos Santos como figura central). A hipótese, portanto, é de que, mais do que simples divergência teórica, esses pontos de vista expressam a própria querela do campo das ciências sociais daquele período, erigido entre polos da sociedade e/ou da política. De forma mais abrangente, pretendo investigar a forma pela qual o processo de declínio e hegemonia desses paradigmas foi influenciado por instituições de fomento à ciência, especialmente por meio dos financiamentos privados da Fundação Ford. Com isso, houve reordenamento do campo das Ciências Sociais no país.

Palavras-chave: fundação ford, ditadura, ciências sociais, florestan fernandes, wanderley guilherme dos santos.

SOCIAL SCIENCES BETWEEN “SOCIETY” AND “POLITICS”: FORD FOUNDATION AND INTERPRETATIVE DISPUTES AROUND THE MEANING OF THE 1964 COUP

SUMMARY

This article seeks to analyze the tensions of the Brazilian sociological field in the 1960s, verifying the existence of an antagonism between models of science for the country in the period. As a way of accessing such tensions, I defined as an object the interpretative disputes of two groups around the meaning of the 1964 coup: a first, by authors who took sociology as their axis to explain the coup and the dictatorship (Florestan Fernandes as a representative of this paradigm), and a second, who saw in political science the discipline best adjusted for the understanding of these phenomena (Wanderley Guilherme dos Santos as a central figure). The hypothesis, therefore, is that, more than a simple theoretical divergence, these points of view express the very quarrel of the field of social sciences of that period, erected between poles of society and/or politics. More broadly, I intend to investigate the way in which the process of decline and hegemony of these paradigms was influenced by institutions that promote science, especially through the private funding of the Ford Foundation. With this, there was a reordering of the field of Social Sciences in the country.

Keywords: ford foundation, dictatorship, social sciences, florestan fernandes, wanderley guilherme dos santos.

INTRODUÇÃO

A década de 1960 foi um período fundamental para a história das Ciências Sociais no Brasil, seja por motivos internos, desde a criação de novos institutos de pesquisa, programas de pós-graduação, autonomização de áreas, mudanças de paradigmas (Keinert, 2011), seja por questões externas, como o contexto político marcado pelo golpe militar de 1964 e pela Guerra Fria e consequentes disputas por controle e manutenção da influência sobre a América Latina (Miceli, 1989). Em meio a esse contexto de transformações institucionais em diversos

níveis, o desenvolvimento do campo científico¹ deve ser encarado por meio de polarizações mais variadas, não devendo ser pensado tão somente em função de suas articulações internas, isto é, da disputa entre seus agentes e paradigmas, ou externas, sendo necessária a compreensão de como o contexto político (seja nacional ou internacional) incide sobre as pesquisas da área e na correlação de forças vigente.

Neste artigo, o contexto das ciências sociais na década de 1960 será analisado tomando como aspecto central a atuação da Fundação Ford no Brasil². Tal instituição pode ser compreendida como uma mediadora entre o campo das Ciências Sociais brasileiras e conjunturas sociais externas, políticas ou econômicas (Keinert, 2011). Essa interpenetração, assim, implicaria uma modificação nos rumos do fazer científico. Portanto, este fenômeno de sobreposição de esferas, mediado pela Fundação Ford, assim como seus possíveis impactos nos rumos tomados pelas Ciências Sociais brasileiras é o objeto central deste projeto.

De acordo com Miceli (1990), a Fundação Ford se destacou em relação a outras agências de fomento à pesquisa no intercâmbio intelectual EUA-Brasil, já que representava um duplo modelo de atuação, focando tanto no financiamento de instituições estadunidenses quanto brasileiras, dominando os dois polos da relação. Logo, encetava uma estratégia de ascendência no campo científico norte-americano, guiando seus rumos, assim como no brasileiro, neste caso concedendo bolsas para alunos estudarem nos EUA, e fomentando instituições acadêmicas e centros de pesquisa no país. A fundação, portanto, não apenas contribuiu na gestação de um modelo específico de se pensar a ciência através do contato com o campo das ciências sociais estadunidense (Keinert; Silva, 2010), como em sua materialização enquanto infraestrutura científica no Brasil – expressa na criação de institutos como o DCP-UFMG, Cebrap, IUPERJ, Idesp e Cedec.

A Fundação Ford foi analisada em diversos estudos sobre a história das ciências sociais brasileiras, mobilizando diversos autores (como Chaves, 2015; Keinert, 1985; Miceli, 1990; Rocha, 2017). Seu forte condicionamento político e econômico traz à tona um problema a ser estudado: como a atuação da Fundação Ford no Brasil e a retração de suas lógicas no fazer científico modificou os rumos das Ciências Sociais no país? Assim, o problema sociológico a ser investigado diz respeito à transição paradigmática das Ciências Sociais nos anos de 1960 (Keinert; Silva, 2010), em que diferentes modelos científicos se encontravam em tensão. Portanto, é necessário reconstituir quais eram os polos em oposição e o impacto da Fundação Ford nessa correlação de forças, favorecendo o declínio ou ascensão dos projetos em disputa. Assim, este projeto traz como problema central a questão do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e os modos de influência dos financiamentos privados, especialmente da Fundação Ford, observando seus efeitos e limites.

¹ Os termos “campo científico” e “campo sociológico” utilizados nesse trabalho fazem referência à obra do autor Pierre Bourdieu (2011), utilizando não apenas a conceituação geral de “campo” criada pelo autor, mas, sobretudo, suas análises específicas sobre os campos científico e sociológico (BOURDIEU, 1983). O autor retira destes conceitos qualquer noção de neutralidade, mostrando como o desenvolvimento da ciência, assim como o de outros campos, está imerso em relações de poder, interesses, valores e busca por construção de legitimidade. Assim, tais conceitos se fazem úteis aos objetivos deste trabalho, uma vez que busca traçar as relações de disputa existentes nas Ciências Sociais brasileiras e como o processo de legitimidade científica se constrói, envolvendo mutualmente agentes internos e externos ao campo.

² Este artigo é fruto de pesquisas que venho realizando nos últimos anos sobre a história das Ciências Sociais, em geral, e do impacto da Fundação Ford, em específico. Os escritos presentes aqui são uma síntese da monografia apresentada ao final de minha graduação em Ciências Sociais – revisitada através das novas descobertas que venho encontrando ao longo da minha pesquisa de mestrado em curso.

Uma vez que o problema de pesquisa se concentra em um período de transição, a comparação torna-se uma ferramenta adequada, demarcando não apenas o que se construiu na ciência a partir de meados dos anos 1960, mas, também, as rupturas e/ou continuidades entre as fases. Por isso, o objetivo de demarcação dos modelos em oposição é fundamental para a caracterização precisa do problema a ser investigado. Para isso, a pesquisa recorreu à análise da trajetória de dois autores centrais: Florestan Fernandes (1920-1995) e Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). Esses intelectuais são representativos de momentos distintos das ciências sociais no país (Moreira, 2011). O primeiro liderou a sociologia desenvolvida pela escola uspiana (Arruda, 2010), e o segundo, foi agente central no processo de autonomização e institucionalização da ciência política no país (Lynch, 2020).

A análise contrastiva das trajetórias de Fernandes e Santos ajuda a compreender a polarização vigente entre sociologia e ciência política desde o final da década de 1960. Contudo, a caracterização mais precisa dessa disputa exige analisar escritos de ambos, sobretudo as interpretações realizadas sobre o golpe de 1964. A análise desse material relaciona-se com um dos objetivos específicos do projeto: reconstituir as tensões do campo, possibilitando a identificação das principais premissas de cada um dos modelos em oposição. Desse modo, tentarei compreender a relação entre as trajetórias dos autores mencionados e as tomadas de posição³ explícitas nos textos que produziram sobre o golpe. Entre os trabalhos de Fernandes, como em “A ditadura em Questão” (1982) e “A Revolução Burguesa no Brasil” (1976), e os de Santos, como em “Sessenta e quatro: Anatomia da Crise” (1986), verifica-se a preocupação comum de apontar o elemento central que levou ao golpe. No caso de Fernandes (1976), tal ruptura seria caracterizada como golpe de classe e, em Santos (1986), como consequência da paralisia decisória do governo deposto. Portanto, o golpe ora é explicado tomando as dinâmicas de classe como centrais, ora pela análise das instituições políticas.

O objetivo do estudo sobre as diferentes interpretações do golpe relaciona-se à primeira hipótese da pesquisa: a compreensão de um fenômeno, de um modo ou de outro, não se configura em escolha teórica pura, mas sim como tomada de posição no espaço de disputas. No contexto das ciências sociais brasileiras, a centralidade da análise sociológica da estrutura e dinâmica das classes sociais responde ao golpe e reivindica a escola sociológica paulista, liderada por Florestan Fernandes, que ancorava-se em noções como as de “estrutura” e “totalidade” para o desenvolvimento de sua análise sócio-histórica sobre o processo em curso (Silva, 2008).

A partir da mesma, esses autores compreendiam que o capitalismo dependente estruturava uma sociedade de classes débil, com uma burguesia nacional voltada unicamente aos seus interesses imediatos e descomprometida com as possibilidades do país alcançar um desenvolvimento capitalista autônomo (Silva, 2008). Logo, a política não é pensada enquanto processo independente, já que seu desenvolvimento se refere a uma estrutura econômica e social que lhe dá forma e sentido. Essa maneira de se pensar os impasses do desenvolvimento brasileiro – e consequentemente os objetos sobre os quais as ciências sociais vão se debruçar, como o golpe de 1964 – informa uma perspectiva analítica que se move das partes ao todo e do todo às partes, reivindicada como sociológica e, no

³ Essa relação bourdieusiana entre trajetórias e tomadas de posição pode ser verificada em textos como Bourdieu, 1996; Bourdieu, 2011; Vieira, 2021; Miceli, 2001b.

contexto da ditadura, como militante (Arruda, 2010). A forma de reflexão e interferência na sociedade engendra um modelo próprio de se fazer ciência.

De outro lado, temos o grupo que elege a análise política como eixo central para a explicação do sentido do golpe de 64. Há nesse paradigma diversas premissas que conduzem a forma de se pensar a sociedade, sendo a principal delas uma tentativa de autonomização da categoria “política”, relacionada ao próprio processo de institucionalização da ciência política no Brasil (Blanco; Jackson, 2014). No momento em que essa disciplina se legitima no país, diferenciando-se da sociologia desenvolvida na USP (Miceli, 1989). Enquanto a sociologia compreendia a política como resultante da dinâmica de classes, no âmbito do capitalismo dependente, aqui se tem, ao contrário, o intuito de transformar a política em um objeto que se autorreferencia. Sendo assim, o foco analítico deixa de ser a base econômica e social, e passa aos agrupamentos políticos, facções, instituições etc. (Moreira, 2011). Esse novo modelo de se pensar o Estado e a política, oriundo das ciências sociais estadunidenses (Keinert; Silva, 2010), vincula-se a diversos fenômenos ocorridos a partir dos anos 1960 no Brasil, sendo um dos principais o processo de financiamento privado de pesquisa (Miceli, 1990).

Já a segunda hipótese é a de que a Fundação Ford contribuiu para a legitimação de um novo paradigma científico no Brasil, que se chocou com o modelo dominante anterior – o da sociologia paulista. Seu impacto baseou-se não apenas na construção de uma nova e complexa infraestrutura para a ciência brasileira, como na conformação de uma nova forma de se pensar e fazer ciência, que impactou fortemente no campo sociológico brasileiro – envolvendo uma reorientação das temáticas vistas como centrais para a área, a aplicação de bibliografias específicas em contraste com as anteriores, a difusão de métodos já consagrados nas ciências sociais estadunidenses para o campo brasileiro, a construção de um perfil próprio de cientista social para o Brasil, assim como uma alteração no alcance das teorias na análise dos fenômenos sociais. Ou seja, a hipótese é de que o impacto da Fundação Ford, ao estabelecer uma complexa rede de relações visando reorientar os rumos do fazer científico no país, foi capaz de conformar uma nova forma de se pensar os estudos sociais, incidindo não apenas nos pares financiados por ela, mas nas bases das Ciências Sociais brasileiras.

Florestan Fernandes e a interpretação sociológica sobre a ditadura: 1964 como golpe de classe

Florestan Fernandes foi tomado como referencial paradigmático neste trabalho, uma vez que teve uma influência imprescindível para as Ciências Sociais brasileiras como um todo, sendo o responsável por desenvolver o que se convencionou a chamar de “escola sociológica paulista” (Arruda, 1995 apud Spirandelli, 2010). Sendo assim, tal empreitada teórica de Fernandes, constituiu um certo padrão de desenvolvimento científico compartilhado com diversos outros pesquisadores da FFLCH-USP, fazendo com que essas pessoas, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Francisco Weffort, herdassem “ideias e o *modus operandi* de fazer ciência do mestre” (Spirandelli, 2010).

Neste momento do artigo busco compreender o sentido que a sociologia paulista, liderada pelo autor, conferiu ao golpe e governo de 64. Como afirmado anteriormente, as interpretações são um momento inicial que

visa servir como ferramenta teórica para mapear os grupos em oposição e as principais premissas analíticas que podem ser observadas em seus pensamentos, a partir das tomadas de posição sobre a ditadura. Nos estudos de Florestan Fernandes, por exemplo, o entendimento do que a ditadura representou, exige uma análise sobre o momento político que a antecede – o pacto populista que se iniciara em 1945. Além disso, também relaciona-se ao comportamento da burguesia brasileira, sua relação com o mercado internacional e as necessidades econômicas da conjuntura. Assim, a ditadura na obra do autor representa um momento de ruptura com o modelo antecessor de gestão da máquina pública, mas também representa uma continuidade, visto que a modernização conservadora, guiada pelas elites econômicas, segue como um contínuo da história republicana brasileira.

O sentido que Fernandes e autores afins ao seu modo de análise conferem ao golpe de 1964, já reflete em si o construto teórico-metodológico de relação parte e todo. A ditadura na obra dos autores não é encarada como um fenômeno autoexplicativo ou que refere-se apenas aos problemas de gestão do governo de João Goulart, ao contrário, contém em si uma resposta histórica a uma série de fenômenos que dizem respeito ao processo de modernização brasileiro. Logo, falar sobre o golpe é falar das especificidades do governo de 1964, mas também sobre a estruturação do capitalismo brasileiro. Sem a compreensão deste último, então, o entendimento do que o golpe representou tornar-se-ia estéril, já que tiraria da explicação do fenômeno diversas variáveis que lhe conferiram forma e sentido. Portanto, na própria metodologia usada por autores da escola paulista, em especial Fernandes, já começa a se delinear o modo pelo qual analisavam a sociedade, ou seja, a forma que utilizaram para estudar o golpe de 64 em particular representa, mais do que isso, a aplicação de um método científico de estudo dos fenômenos sociais em geral.

Tal articulação entre parte e todo, então, exige uma exposição da explicação dada pelo autor sobre a ditadura que não se inicie em 64, nem mesmo nos anos anteriores ao fenômeno, mas que crie um recuo histórico para analisar a modernização conservadora, o posicionamento do capitalismo brasileiro no mercado internacional e o comportamento da burguesia nacional e sua relação com o Estado. Sendo capaz, assim, de compreender as condições histórico-sociais de desenvolvimento da ditadura no Brasil – sendo tais recuos guiados não por um formalismo ou divagações teóricas, mas, ao contrário, para manter uma coerência com a forma pela qual Fernandes construiu as bases de seu pensamento.

Dessa forma, a compreensão do sentido conferido ao golpe por Fernandes exige um recuo teórico e histórico, afinal, na obra do autor os eventos de 1964 não estão relacionados apenas à conjuntura do governo de João Goulart, mais do que isso, só têm sentido quando relacionados ao comportamento da burguesia nacional e seu impacto na estrutura política do país. O autor define a burguesia brasileira como sendo “contrarrevolucionária” (Fernandes, 1976, pg. 310), tendo como comparativo revoluções nacionais sob moldes clássicos, relacionadas à ideologia republicana. Com isso, a formação de uma “verdadeira forma burguesa de solidariedade de classe” (Fernandes, 1976, pg. 312) é limitada pelos interesses comerciais agrários, impedindo a constituição de um *ethos burguês* que rompesse com o patrimonialismo sob o qual se forma a burguesia brasileira. Outro elemento central para a compreensão do comportamento da burguesia nacional relaciona-se ao posicionamento do país no mercado internacional. Assim, Fernandes descreve o Brasil como sendo um país de capitalismo dependente e

subdesenvolvido que articula “desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa” (Fernandes, 1976, pg. 300).

A análise do comportamento da burguesia, cria uma base para a compreensão de um novo fenômeno: a formação da autocracia em 1964. A dominação burguesa por meio da dupla articulação, como descrita anteriormente, somada à relação da burguesia com os proprietários de latifúndio, limitam as potencialidades da revolução burguesa no Brasil, fazendo com que exista uma convivência de elementos advindos do passado com a nova ordem social, fazendo com que a continuidade não somente se faça presente, como impeça rupturas necessárias à efetivação de um modelo que seja de fato novo.

Assim, essa transformação se converte em uma mudança conservadora (referente aos elementos do passado que se mantêm), assim como se fez a partir de acordos verticais que apartaram a população do processo de desenvolvimento, ou seja, um acordo pelo alto e entre as elites: “reduzir a Nação a um ente abstrato (ou uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida maioria ‘ativa’ e ‘esclarecida” (Fernandes, 1976, pg. 302). Esse processo tem severas consequências para a ordem social, uma vez que esses elementos de conservação da antiga ordem impedem a concretização de vários elementos necessários para o desenvolvimento da sociedade atual.

A dominação burguesa ao mesmo tempo em que se estrutura por meio da dupla articulação e relação com o latifúndio, se vê refém das consequências desse próprio modelo, o que coloca em risco a sua própria dominação e existência enquanto tal. Existe por meio desses fenômenos um atraso do processo de industrialização, do desenvolvimento urbano, assim como diversas carências na ordem social que impedem o desenvolvimento da burguesia. Além do mais, num modelo de dominação imperialista depende do máximo de exploração, já que o excedente não é exclusivo da burguesia nacional, mas também da internacional, logo, necessita-se do aumento das taxas de lucro. É nesse momento que o Estado Nacional coloca-se como peça central do processo, dando à burguesia as condições para realizar de fato uma revolução nacional que fora suprimida pelas contradições impostas pelo subdesenvolvimento e dependência do país. Assim, é nesse momento em que se tem um salto histórico da burguesia, ou melhor, sua reação autocrática burguesa, tendo o Estado e a militarização de suas funções como elementos centrais. Portanto, nesse momento existe a transição de “uma ditadura de classe dissimulada e paternalista para uma ditadura aberta e rígida” (Fernandes, 1976, pg. 342). Com isso, o Estado não somente vira o elemento central dessa transição como aquele que reprime todos os que se opusessem a ela.

Nesse ponto o autor analisa o Estado em seu modelo autocrático burguês como um elemento de compensação utilizado pela burguesia de um país dependente e subdesenvolvido para buscar superar suas carências. Somado a isso, tem o contexto internacional de Guerra Fria e do perigo da expansão do socialismo. Assim sendo, cria-se certo “consenso auto defensivo” pelas burguesias nacionais de países dependentes, como forma de manter sua existência e crescimento. Nesse processo utiliza-se da extrema violência estatal tornando-o um ente desconfigurado, mas útil do ponto de vista dos interesses da burguesia nacional de se manter e da burguesia internacional de assegurar seu controle sobre esses países.

Essas novas demandas da burguesia, ditadas pelas características de seu desenvolvimento, chocam-se com o modelo populista vigente até 1964, afinal, nesse existia a inserção, mesmo que profundamente limitada, das massas e de suas reivindicações. Mesmo tal participação sendo restrita já é mais do que se podia aceitar, uma vez que necessitava-se aumentar ao máximo a exploração do trabalho, reduzindo o valor dos salários. Com isso, o golpe visava a supressão não só da tímida participação popular conferida pelo pacto populista, mas também das forças políticas desde as mais reformistas até as mais conservadoras que não estivessem alinhadas aos novos e atualizados interesses de condução da modernização por meios autoritários. Logo, as novas necessidades econômicas da elite, informam novas formas de gestão estatal, fazendo com que o pacto populista que antes garantia seu poder, já não mais fosse funcional.

Na análise de Fernandes, portanto, existe uma reafirmação da centralidade da base econômica, desmistificando a ideia de que a ditadura seria tecnocrata. Com isso, o autor consegue amarrar os diversos pontos da questão ao dar conta de explicar por meio da atuação da burguesia nacional (e sua relação com os interesses imperialistas) tanto o desgaste do pacto populista, a necessidade histórica conferida à ditadura como forma de guiar a modernização e garantir a taxa de lucros da burguesia, assim como compreender o também desgaste desse modelo e a construção de uma transição que sob novas formas atualiza e reforma o atraso, a fim de manter a modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Dessa forma, ao analisar o golpe de 64 o autor expressa as principais premissas do modelo científico da escola paulista dos anos de 1960, como a influência do marxismo, a relação estrutural entre economia e política na compreensão da sociedade, assim como uma metodologia que se sustentava na busca por construção de uma totalidade, indo desde os elementos mais visíveis do objeto até suas causas mais ocultas que não se revelam sem a construção de formas científicas de digressões analíticas e reconstruções de sentido.

Wanderley Guilherme dos Santos e a análise política sobre a ditadura: 1964 como paralisia decisória

Lynch (2010) afirma que a correlação entre o desenvolvimento das Ciências Sociais em geral, mais particularmente o da ciência política, com a figura de Santos, reconhecendo sua centralidade no processo, é um fenômeno recente, que se constrói a partir de 2010, uma vez que essa data coincide com a proximidade da comemoração do quinquagésimo aniversário de formação dos programas de pós-graduação em ciência política. Esse evento demandou dos pares um certo olhar sobre seu próprio passado, buscando reconstruí-lo de forma sistemática (Lynch, 2010). Tal construção de um balanço histórico da ciência política no Brasil não poderia deixar de reconhecer o papel imprescindível do autor, sendo não apenas um defensor da profissionalização e institucionalização ciência política autônoma no país, como uma peça central para sua efetivação, visto que em 1969 ajudou a fundar o Instituto Universitário do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual IESP-UERJ.

A obra de Santos passa por modificações substantivas desde sua atuação no ISEB até sua volta dos EUA participando de um dos maiores institutos de pesquisa do país. Assim, falar de seus escritos exige a demarcação de qual etapa se faz referência, para que se evite imprecisões. No caso específico desse trabalho essa demarcação é fundamental, já que existe não apenas uma modificação na forma pela qual o autor analisou o fenômeno da

ditadura entre o início e o final da década de 60, como uma alteração qualitativa na própria base teórico-metodológica de seu pensamento em geral. Moreira (2011) busca desenvolver uma empreitada teórica de sistematização do pensamento de Santos, dividindo-o em três fases:

a primeira fase (1962-63) denominamos de “Análise Socioeconômica e Crítica das Ideologias Brasileiras”, na qual o autor ainda não figura como um cientista político propriamente dito; a segunda (1967-88), “Ciência Política: Autoritarismo e Redemocratização”, posterior, portanto, à sua formação no exterior no campo de conhecimentos em que se consolidaria como intelectual; a terceira (1990-2008), “Ciência política: a poliarquia brasileira”, marcada basicamente pela centralidade da democracia como objeto – entendida, nos termos de Robert Dahl, como um regime político marcado por elevada liberalização [competição pelo poder] e participação política – e como ideal político do autor. (Moreira, 2011, pg. 311)

Seria, contudo, deveras simplista tentar explicar essas alterações do pensamento de Santos a partir da mera mudança individual, levando-o de uma forma de se analisar a sociedade para a outra, como se fosse uma mera mudança natural de pensamento ou maturidade intelectual (caso se quisesse qualificar suas etapas). A partir da análise de sua trajetória existe a possibilidade de aprofundar a questão, correlacionando as mudanças de seu pensamento, em particular, com as movimentações do campo científico, em geral. As diversas modificações ocorridas, desde a emergência do golpe em 64, o processo de fomento privado de pesquisa, a construção de instituições que materializaram o projeto de institucionalização da ciência política, são movimentos pelos quais o autor passou e que refletiram diretamente em sua obra e trajetória intelectual, assim como na de outros intelectuais que viveram o mesmo contexto. Afinal, não se trata da trajetória de indivíduos isolados, mas a uma mudança geral no panorama da própria ciência no país. Por isso a análise da trajetória intelectual de Fernandes e Santos, dado o peso institucional que tiveram, faz-se extremamente útil, afinal, esses autores são capazes de expressar em si tanto momentos e paradigmas específicos do campo sociológico brasileiro, como o tensionamento entre esses na década de 60.

O que queremos destacar é que essa trajetória, que parte de um discurso preponderantemente sociológico e finda num discurso mais próprio à moderna ciência política, é um fenômeno observável não só na vida desse pensador brasileiro, como também no próprio pensamento brasileiro do século passado, haja vista a inexistência do segundo campo epistêmico até fins dos anos 60 no Brasil. (Moreira, 2011, pg. 311)

Em um texto sobre a trajetória de Santos, Pinto (2019) abre um questionamento sobre “como se efetivou em perspectiva histórica de trajetórias comparadas, a passagem do Wanderley Guilherme *marxista* para o Wanderley Guilherme dos Santos *iuperjiano* em tão pouco tempo” (2019, pg. 14). Levando em consideração a análise sociológica do campo das Ciências Sociais é possível responder a tal questionamento, visto que se compreende a obra do autor associada às movimentações e tensões sofridas pelo campo científico de modo mais amplo. O antigo paradigma central que realizava análises marxistas, desenvolvidas de formas distintas por instituições como FFLCH-USP e ISEB, sofre, em meados da década de 60, um grande impacto devido ao golpe militar, que afeta essas instituições tanto no sentido mais direto, de fechamento e restrição operacional, mas também alterando a relação Estado-Ciência, abrindo margens à entrada de agências estrangeiras de fomento à pesquisa, trazendo paradigmas e ferramentas novas que chocam-se com os anteriores, mudando a correlação de forças nas ciências sociais brasileiras. Essa análise, assim, quebra a noção de espontaneidade ou choque diante das alterações do pensamento de Santos, passando a ser compreendidas como uma representação individual da

mudança que ocorreu em todo o campo, como consequência da interpenetração das esferas políticas e econômicas em seu desenvolvimento.

Para compreender as flutuações do sentido do golpe na obra de Santos, esta parte do artigo será dividida em dois momentos, cada um dedicado ao entendimento de uma das interpretações encontradas. Santos (1962), em “Quem dará o golpe no Brasil?”, analisa o fenômeno da ditadura antes mesmo que esse ocorresse em 64, já percebendo no início da década uma articulação da classe dominante para que este acontecesse, fato que se explicita após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Nessa análise sobre o golpe se expressam diversas premissas do pensamento marxiano, como a existência de classes sociais em tensão (noção que será radicalmente alterada no decorrer de sua obra), assim como o conceito de ideologia, tanto em seu sentido mais amplo e genérico relacionado a tipos específicos de pensamento sobre o mundo social (demarcando a disputa ideológica entre interpretações do caráter da ditadura), até um sentido restrito-crítico, ligado à tentativa de generalização da visão burguesa de mundo ao todo, transfigurando seus interesses específicos como se fossem interesses gerais, ocultando o caráter de classe intrínseco em certos ideários. Outro elemento central expresso nesta obra de Santos, que se refere diretamente à constituição marxista da primeira fase de seu pensamento, é a compreensão do caráter de classe do golpe que se construía.

A análise sobre a primeira fase dos estudos de Santos é fundamental tanto por demarcar uma fase específica de sua produção intelectual, relacionada à conjuntura do campo das Ciências Sociais no início dos anos 60, como nos ajuda a compreender a substantiva inflexão de seu pensamento ao decorrer da década, quando, após concluir seus estudos nos Estados Unidos e retornar ao Brasil com um importante poder institucional (conferido por sua atuação no IUPERJ), deixa de ser um teórico influenciado pelo marxismo em sua vertente isebiana (apesar da diferenciação com a corrente de Celso Furtado) para constituir-se, de fato, enquanto um cientista político – categoria esta que o próprio ajudará a legitimar no país.

Para a análise da segunda fase de pensamento de Santos, será utilizado como base o livro “Sessenta e quatro: anatomia da crise” (1986). Essa obra tem uma importância fundamental na demonstração das rupturas do pensamento de Santos em relação aos escritos da sua primeira fase, assim como para expressar as bases do novo paradigma que o autor se filia posteriormente aos fenômenos pessoais e conjunturais vivenciados a partir de 1964. Esse livro marca uma continuidade temática em relação à primeira fase, afinal, o autor segue tomando o golpe como objeto, contudo, analisando-o sobre novas bases teóricas e metodológicas.

Santos inicia seu livro realizando uma análise do estado da arte das produções sobre a ditadura, mostrando suas imprecisões para, após, mostrar como seus escritos representam uma nova teorização sobre o fenômeno – existe nesse ponto não apenas uma diferenciação sobre as explicações quanto a ditadura em específico, mas um interesse catedrático de diferenciação da ciência política das demais áreas de conhecimento. Segundo o autor, apesar de ser um tema profundamente estudado, a ditadura não havia recebido a atenção devida dos cientistas sociais, uma vez que estes não foram capazes de produzir uma teoria sobre a crise, ou seja, sobre os fenômenos específicos que levaram ao golpe de 1964 (Santos, 1986). Para o autor, os diagnósticos correntes sobre a ditadura enquadravam-na em um panorama geral da modernização autoritária brasileira, valendo-se de uma explicação

histórica macro. Para Santos, os processos gerais da modernização, como a industrialização atrasada e urbanização, são variáveis válidas, contudo, incapazes de compreenderem as especificidades da crise que levou ao golpe de 1964.

Sobre as análises dos autores que correlacionam o golpe com o processo macrohistórico da modernização, como identificado nos escritos de Fernandes, Santos afirma existir uma carência explicativa, afinal, se utilizam de variáveis que são macro e seculares e essas dizem respeito ao contínuo do desenvolvimento brasileiro e, por isso, são incapazes de explicar os fenômenos específicos de 64. A modernização autoritária existia em 1954, como trazido pelo autor, mas nem por isso levou a uma crise como a do pré-golpe. Essa argumentação constrói as bases para o autor desenvolver a principal característica da segunda fase de seu pensamento; afinal, sendo os processos macro e seculares incapazes de explicar as especificidades dos fenômenos, tinha-se a necessidade de encontrar outra base explicativa que fosse preponderante em dar sentido ao golpe em específico e aos fenômenos sociais em geral: as variáveis políticas.

Com isso, a “dimensão política da crise” (Santos, 1986, pg. 17), substitui as articulações econômicas na explicação dos fenômenos de 1964. Essa alteração teórica cria uma distinção clara na forma como se analisa o golpe pelos distintos paradigmas teóricos em tensão na década de 1960, ditando até mesmo os recuos feitos por um e outro. Afinal, quando Fernandes correlaciona o golpe à modernização brasileira e ao posicionamento do país no mercado internacional, existe uma exigência lógica de um recuo histórico que vá desde os rumos do Estado nacional no governo varguista até as necessidades econômicas da elite nacional e internacional no início dos anos 60. Já em Santos, realiza-se um recuo histórico bem menor, afinal, neutralizando os processos macroestruturais como variáveis legítimas para a explicação das especificidades do golpe, confere-se uma coerência teórica para que a análise focalize apenas os anos anteriores à 64, analisado o jogo político e suas tensões durante o governo de João Goulart, desenvolvendo um recorte temporal em seu livro de 1960 a 1964. Essa é apenas uma demonstração inicial de como a escolha entre a política ou a economia como elementos preponderantes alteram drasticamente as análises dos fenômenos sociais.

Dada a mudança das bases centrais do pensamento de Santos em sua segunda fase, existe uma flutuação inevitável no sentido conferido ao golpe de 1964. Se antes esse era visto como uma resposta política aos processos econômicos gerais, agora é compreendido enquanto uma resposta política a um problema também político: a crise de paralisia decisória. Sendo assim, o autor busca no imobilismo político do pré-64 as causas específicas que levaram ao golpe. De acordo com Santos não existia um projeto político coerente que levaria ao golpe, ou seja, um grupo homogêneo e organizado que tomou para si os rumos dos acontecimentos, afinal, nem o governo nem a oposição tinham forças o suficiente para isso. O que ocorreu, portanto, foi um “conflito político entre atores com recursos similares (‘equilíbrio político’) e ideologicamente polarizados” (Moreira, 2011, pg. 317) levando a uma crise de paralisia decisória. Para o autor esse cenário fez com que o país saísse de um modelo político operacional para um disfuncional na tomada de decisões centrais. Ao decorrer dos capítulos do livro cria um caminho para desenvolver seu argumento indo da “paralisia decisória” – “fragmentação de recursos de poder” – “radicalização ideológica” – “inconsistência das coalizões do parlamento” – “rotatividade ministerial” (Santos, 1986).

Assim como em Fernandes a construção de sentido do golpe está diretamente relacionada ao paradigma marxiano e ao modo de construção científica desenvolvido pela escola paulista, na segunda parte do pensamento de Santos, a busca de sentido do golpe na paralisia decisória do governo Goulart também é reflexo de um profundo contexto teórico-institucional. Como vimos anteriormente na análise da trajetória de Santos, a ditadura militar afetou diretamente a continuidade de seus estudos e profissão, já que logo em seu início decretou o fechamento do ISEB, instituto de que o autor fazia parte. Esse evento foi fundamental para a decisão do autor de ir para os Estados Unidos realizar seu doutorado, através de uma bolsa financiada pela Fundação Ford.

A ida de Santos para Stanford, mais do que um reflexo de um processo comum do período de intercâmbio científico Brasil-EUA e fomento privado de pesquisa, também é um fenômeno fundamental para explicar a inflexão de seu pensamento, afinal, por meio dessa o autor saiu do contexto de uma ciência isebiana de influência marxista, para adentrar no campo da Ciência Política estadunidense. Compreender esse campo é fundamental para a análise do próprio campo nacional a partir do final da década de 60, afinal, são trazidos para o Brasil suas teorias e metodologias para a constituição de uma nova e moderna ciência política (Keinert; Silva, 2010). O campo estadunidense era marcado por disputas teóricas, mas tinha o neo-institucionalismo como paradigma hegemônico na ciência política (Peres, 2008).

As influências da ciência política dos Estados Unidos no pensamento do autor se fazem presente não apenas no campo teórico, mas também metodológico. Isso porque a metodologia e suas ferramentas não podem ser encaradas enquanto elementos puramente técnicos, ao contrário, precisam ser entendidos em relação às premissas teóricas que lhes conferem legitimidade, afinal, nelas estão embutidas não apenas formas específicas de se encarar o real como modos de instrumentalizar seu estudo. Portanto, as novas metodologias utilizadas pelo autor em sua segunda fase de pensamento, expressam as inovações teóricas e mudanças paradigmáticas de seu pensamento. Moreira (2011) analisa que a influência do marxismo na obra de Santos é substituída pela adesão a teorias de alcance teórico mais reduzido, afinal, estas dariam não apenas mais atenção às variáveis políticas, como reconheceriam sua autonomia. Essa mudança se expressa no próprio recorte temporal utilizado por Santos na análise da ditadura militar, em relação ao alcance temporal da teoria de Fernandes, o que reflete a própria transição de seu pensamento (e do campo, de modo geral) entre a busca pela totalidade e o enfoque nos micro processos.

Existe, nesse ponto, não apenas uma alteração no alcance teórico, mas, como descrito por Lynch (2020), uma demonstração da própria “ontologia social alternativa” de Santos, baseada no “*princípio de razões e efeitos contingentes*” que negava existir um elemento ordenador por detrás dos fenômenos sociais, afinal, esses seriam a agregação de micro processos sem uma lógica única. Não por acaso, essa noção está na base de sua análise sobre o jogo político, uma vez que o interesse de classe que daria um sentido regulador aos atores em busca da manutenção de sua dominação e privilégios é negada, substituindo-a pela imagem de facções que ora se associam ora se opõem, sem ter por detrás nenhum sentido a mais que lhes conferissem homogeneidade ou recursos que fizessem que esses interesses se sobressaíssem a todo momento. Logo, buscar um sentido de classe no golpe militar, como realizado por Fernandes, seria para o autor, nada mais que dogmatismo.

Por fim, nota-se que para além das premissas de sua metodologia, a influência da ciência política estadunidense fez com que o autor passasse a aplicar sofisticadas técnicas empíricas de estudo – o que está na base do neo-institucionalismo e de sua diferenciação com o institucionalismo. Essas técnicas marcam também um afastamento em relação às técnicas que Santos aplicava em seus primeiros textos, baseadas em dados primários para a análise do proletariado e setor industrial (Moreira, 2020). Para a análise do golpe o autor aplica algumas dessas técnicas como o *Índice de Martin e Gray*, a *Escala de Guttman* e o *Índice de fragmentação de Rae* (Moreira, 2020). Portanto, em “Sessenta e quatro: anatomia da crise” Santos é capaz de expressar de forma sistemática toda a inflexão teórica e metodológica de seu pensamento em relação aos seus primeiros estudos, conseguindo, mais uma vez, expressar em si as mudanças gerais vivenciadas pelo campo científico.

Fundação Ford e os rumos das Ciências Sociais no Brasil

Tendo demarcado os dois grupos em oposição e as principais premissas que guiam suas teorias sobre o mundo social, tenciono, agora, compreender como tal inflexão teve seu sentido menos na movimentação dos pares científicos em si do que nas interpenetrações das esferas econômicas e políticas no desenvolvimento da ciência no período. Portanto, é justamente nesse fenômeno de sobreposição de esferas que a parte final deste artigo se debruçará, sendo a atuação da Fundação Ford no Brasil o ponto central de mediação desse processo.

A Fundação Ford é um nome profundamente citado nos estudos de reconstrução da história das Ciências Sociais no Brasil, contudo, geralmente aparece como uma pontualidade na análise, citando, sobretudo, seus altos investimentos no país. Entretanto, o que se busca nesta etapa final do artigo não é apenas uma análise da inflexão onde a fundação apareça como uma variável como qualquer outra, ao contrário, busca-se compreender a inflexão por meio da atuação da agência, ou seja, tomando-a como o elemento explicativo central. Porém, tomar sua atuação como elemento principal não significa conferir a essa um poder indevido, como se seu impacto fosse resultado apenas da competência de seus gestores e não da confluência de uma série de eventos históricos que permitiram que essa influência se materializasse.

Logo, não se pode falar da efetividade dos interesses da agência sem compreender o contexto nacional e internacional que geraram condições favoráveis para sua atuação. Em primeiro lugar, então, faz-se necessário uma análise da conjuntura internacional. A Fundação Ford foi criada nos Estados Unidos teve e ainda tem uma atuação em diversas regiões do mundo. Essa atuação não pode, contudo, ser desvinculada dos interesses político-econômicos da metrópole; afinal, em países da África e, principalmente, da América Latina, liga-se ao contexto da Guerra Fria a necessidade dos Estados Unidos manterem a sua influência sobre o restante do continente, evitando a ameaça comunista. Miceli (1990) analisa que até o ano de 1958 existia pouco investimento estadunidense na compreensão da realidade da região, afinal, essa não era vista como uma ameaça aos seus interesses. Tal visão altera-se drasticamente em 1959, ano da Revolução Cubana, necessitando de uma reorganização da política estadunidense sobre a América Latina, evitando que o mesmo ocorresse em outros países.

Nota-se, nesse ponto, uma associação entre a atuação da fundação em países latinos, como o Brasil, com o próprio processo de imperialismo cultural⁴ dos Estados Unidos. Assim, por detrás do discurso oficial de que eram agências filantrópicas sem ligações políticas⁵, o que se notava era uma atuação conjunta com o Departamento de Estado, tanto no sentido mais geral de expressarem os ideários capitalistas dos EUA em sua atuação em outros países, como ligações diretas com o Estado no desenvolvimento de ações conjuntas.

Para além do contexto político e econômico internacional, também é necessário compreender a efetividade da atuação da fundação em relação aos acontecimentos políticos nacionais da década de 60. A Fundação Ford inicia sua atuação no país em 1962, quando constrói seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, sob a administração inicial de Raynold Carlson (Broke; Witoshynsky, 2002). Contudo, existiu um período de articulação da agência com diversos poderes locais antes que essa, de fato, instaurasse seus projetos de criação de institutos de alto investimento no país, ao final da década de 60. Esse percurso entre ter apenas um escritório no país e a construção de diversas instituições de pesquisa, como a Cebrap e a IUPERJ, dizem respeito não apenas às movimentações políticas de Carlson e outros gestores da fundação no país, mas também ao contexto da ditadura militar que se instaura em 1964. Isso porque o regime militar representa uma forte e repressiva interpenetração da esfera política na ciência, tanto pelo fechamento de institutos, como na alteração do investimento (ou não) em algumas áreas.

É nesse contexto de retirada de investimentos do poder público nas ciências humanas, que se cria a necessidade de se associar ao poder privado, expresso na relação com instituições não-públicas de fomento à pesquisa, sendo uma necessidade conjuntural para a manutenção da área. Não à toa, como demarca Keinert (2011), o processo de apoio institucional da Fundação Ford a certos institutos, com um alto fluxo contínuo de investimentos, tem um marco temporal de 1968 e 1985, ou seja, integralmente durante o regime militar. Após seu fim as relações entre Estado e Ciência alteram-se novamente, fazendo com que os investimentos da fundação permanecessem, como no caso do Cebrap, mas limitados a projetos específicos e não mais em formato contínuo e institucional (Keinert, 2011).

Além do impacto institucional da Fundação Ford no campo científico, é necessário entender o impacto político e social existente quando as Ciências Sociais brasileiras redirecionam as explicações sociais dos fenômenos estruturais da economia para as esferas políticas autônomas. Como visto ao longo de todo o trabalho, essa mudança não é pontual, mas possui impactos estruturantes sobre o modo como se compreende e pesquisa o mundo social, sendo não apenas uma mudança de paradigmas científicos, mas, como veremos a seguir, a reestruturação da própria conceituação de ciência. Ou seja, tais processos mediados pela Fundação Ford alteram as bases do fazer científico.

A consequência teórica e prática desse processo é o enclausuramento do raio analítico das Ciências Sociais às instituições burguesas, fazendo com que tanto as problemáticas sociais sejam vistas no interior do horizonte da sociedade atual, como suas resoluções dentro e por meio do Estado e suas instituições, nunca fora. Existe, portanto, não apenas uma cisão entre a esfera política e econômica, como a contenção da potência da crítica, já

⁴ Conceito debatido por Bourdieu e Wacquant em “Sobre as artimanhas da Razão Imperialista” (2002). Nesse artigo analisam o papel do imperialismo cultural estadunidense nos estudos sobre questão racial.

⁵ Leitura expressa em textos como Broke; Witoshynsky, 2002.

que essa sempre está limitada pelas bordas do jogo político – pensar a sociedade para além de sua forma institucional capitalista é simplesmente bloqueado e, conseqüentemente, qualquer atuação disruptiva à institucionalidade.

Uma vez que as iniciativas de apoio da Fundação Ford apontavam para uma definição aplicada de conhecimento social, a ciência política viria a assumir uma posição estratégica em função de seu potencial em pautar a elaboração de políticas públicas. Trata-se da viabilização de um perfil disciplinar especializado que se ligaria a um gênero de pesquisas orientado pela proximidade à agenda política nacional e cujos esforços seriam canalizados para a análise das bases institucionais do regime liberal-democrático. A demanda por cientificidade implicaria a assimilação de métodos e técnicas quantitativos, como via privilegiada de acesso à compreensão da dinâmica do sistema político. A amplitude da valorização do aparato metodológico pode ser dimensionada quando se tem em vista a centralidade que o survey adquiriria no âmbito das pesquisas políticas. (Keinert; Silva, 2010, pg. 82-83)

Esse novo modelo acadêmico tem o impacto tanto de definir o que é ciência e de adjetivar seus oponentes como não científicos ou pré-científicos, em uma visão evolutivo da área, criando uma visão de um atual momento moderno que se contrapõe ao modelo generalista e ensaísta anterior. Portanto, no momento de afirmação desse modelo, existe o embate direto e indireto com várias premissas do modelo antecessor, tentando adjetivá-los como não sendo suficientemente científicos ou sofisticados. Podemos perceber essa atitude nas críticas realizadas a Santos ao marxismo quando esse nega seus principais autores como referências possíveis para se pensar a contemporaneidade (Santos, 1990 apud Lynch, 2020, pg. 8). Essa disputa em torno da categoria “ciência” expressava-se não somente na obra de Santos, mas na própria disputa entre acadêmicos mineiros e o marxismo científico representado pelos autores do CESIT, como Fernandes.

A crítica teórico-metodológica principal tinha, como eixo, a indagação sobre o que seria ciência e qual seu estatuto. Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley, Antônio Cintra, Vilmar Faria são alguns dos mineiros que polemizaram publicamente com os paulistas. Treinados no método de análise empírica, a partir da FLACSO, além de realizarem suas formações acadêmicas no mesmo padrão profissional dos paulistas (Arruda, 1989), eles defendem o método funcionalista de análise e a sociologia empírica. (Silva, 2008, pg. 8)

Uma das principais diferenças dos acadêmicos mineiros em relação aos marxistas estava na negação da dialética e da totalidade. Segundo esses autores, essas concepções marxianas baseavam-se em mecanismos impróprios de reprodução de princípios generalizantes à realidade social. Logo, ao invés de uma análise empírica do processo, subestimava-se esses dados para partirem logo para explicações totalizantes que apenas visavam confirmar esses princípios gerais prévios (Silva, 2008).

Essa ideia representava não apenas uma crítica aos marxistas, mas a defesa de uma ciência moldada em termos empíricos e que focasse na explicação dos micro processos, ao invés da construção teórica com uma escala ampliada, afinal, segundo esses, as teorias gerais que viriam da análise desses macroprocessos não teria como se provarem em termos empíricos. Logo, coloca-se a totalidade e o desenvolvimento de uma macrosociologia enquanto uma incapacidade técnica, ou seja, não se poderia chegar à compreensão dessas por meio da ciência, apenas pela especulação – vemos aí uma afinidade entre essa argumentação e a própria ontologia desenvolvida por Santos:

A orientação científica, portanto, implicava a exigência de comprovação dos enunciados ou proposições formuladas, o que levaria o trabalho intelectual a ficar subordinado ao plano empírico, como meio de aferir a validade de uma proposição. Por outro lado, deveria existir o emprego criterioso de conhecimentos metodológicos, no plano das técnicas de tratamento e análise de dados, que permitissem "explorar" os resultados empíricos. Dessa maneira, os recortes deveriam se limitar a universos de pesquisa que, factualmente, pudessem ser constatados, exigindo abandonar as "teorias gerais" e concentrar esforços na elaboração das "teorias de alcance médio". (Santos, 2008, pg. 79 apud Silva, 2008).

Portanto, esse apego à empiria circunscreve a teoria aos processos mais imediatos e visíveis, afinal, somente esses podem ser captados de maneira direta pelos métodos utilizados. Dessa forma, os objetos sociais, segundo essa visão, somente poderiam ser compreendidos tomando a política como centralidade através da análise estatística do jogo político. A consequência é o rompimento do sentido de classe que se poderia atribuir aos objetos (como a ditadura), já que esse somente pode ser compreendido com a realização de recuos teóricos e na tentativa de compreender a realidade para além da forma como se apresenta de forma imediata (ou seja, em sua expressão no jogo político aparentemente autônomo da esfera econômica). Nessa visão empiricista, a esfera política é descrita *a priori* como sendo autônoma e elimina-se, antes mesmo do início da análise, a possibilidade de associação entre as esferas micro e macro. Nesse processo, a ciência, ao invés de um livre jogo que poderia tomar rumos imprevisíveis, já se inicia enclausurada pelos vieses formalistas. No fim, cria-se a imagem de um jogo político fetichizado eliminando previamente desse diversas variáveis analíticas em prol de um desenvolvimento autorreferente da política. Assim, os fenômenos sociais e econômicos passam a configurar processos exógenos ao objeto analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo busquei realizar uma análise do campo das Ciências Sociais brasileiras e das inflexões teórico-metodológicas ocorridas na década de 60. Essa empreitada se opôs, desde o início, à explicação dos rumos do campo reduzidas à análise da aceitação ou recusa dos pares científicos a novos paradigmas, mostrando como tal fluxo diz respeito às interpenetrações das esferas políticas e econômicas nos rumos da área. Dessa forma, tive como intuito desenvolver uma análise que correlacionasse parte e todo, indo desde a unidade analítica mais básica (as interpretações) até as estruturas mais gerais e significativas do processo (o impacto da política e da economia nos rumos do campo científico).

Enquanto as disputas interpretativas sobre o sentido do golpe contribuíram para demarcar as tensões do campo e os paradigmas em oposição – compreendendo o sentido teórico-metodológico da centralização da análise na política (Wanderley Guilherme dos Santos) ou na sociedade (Florestan Fernandes) –, a análise do impacto da Fundação Ford contribuiu para demonstrar os fenômenos econômicos e políticos que ajudaram na construção de um novo paradigma científico, assim como influíram na correlação de forças para que esse viesse a se tornar o modelo hegemônico a partir da década de 70.

Assim, mais do que a construção de uma história cronológica das Ciências Sociais brasileiras da segunda metade do século XX, busquei realizar uma sociologia das disputas científicas do campo. Essa ajudou a traçar as premissas contidas na escola paulista, extremamente influente na década de 60, assim como os fenômenos sociais que levaram à criação de um novo modelo científico que a substituiria enquanto escola dominante. Esse último ligado não apenas ao processo de controle do Estado americano sobre a América Latina, como no intercâmbio acadêmico Brasil-EUA, trazendo teorias norte-americanas para o campo científico brasileiro, assim como uma institucionalização e profissionalização baseados em premissas do campo norte-americano. Esse processo liga-se tanto à tentativa de neutralização do marxismo nas Ciências Sociais (referente ao contexto político e econômica

da Guerra Fria), como à recusa de noções caras à teoria moderna, como totalidade e estrutura. No fim, esse processo levou à construção de novas formas de se analisar a sociedade, alterando a escala dos estudos, implementando novas metodologias, construindo, de maneira geral, uma nova ontologia do mundo social. Portanto, o objetivo maior, que espero ter alcançado em alguma medida, foi explicitar as relações de poder que se refletem na produção teórica e seus impactos na interpretação e atuação no mundo social.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. **Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)**. prefácio de Sergio Miceli. São Paulo: Editora 34, 2014 (1ª Edição). 256 p.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: Ortiz, Renato (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 15-33.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social**. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de. (1989) **A Fundação Rockefeller e o Estado Nacional** (História e Política de uma Missão Médica e Sanitária no Brasil). Revista Brasileira de Estudos da População, vol. 6, nº 1, pp. 105-110.

CHAVES, Wanderson. **A Doutrina Moynihan: o debate sobre raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia de Artes e Ciência**. Revista Angelus Novius, USP – Ano VI, n. 9, pp. 131-162, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Ditadura em Questão**. T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Zahar, 1976.

KEINERT, Fábio Cardoso. **Cientistas sociais entre ciência e política** (Brasil, 1968-1985). Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

KEINERT, Fábio Cardoso. **Cientistas sociais entre ciência e política** (Brasil, 1968-1985). Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dmitri Pinheiro. **A gênese da ciência política brasileira**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Um pensador da democracia: A ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos**. Dados, Rio de Janeiro, vol.63(1)e20200031, 2020.

MICELI, Sérgio e MARTINS, Carlos Benedito (Orgs.). **Sociologia brasileira hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017, pp. 99-140.

MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, 490 pp.

MICELI, Sergio. **“Por uma sociologia das ciências sociais” e “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”**. In: História das ciências sociais no Brasil (v.1). São Paulo, Editora Sumaré, 2001.

MICELI, Sergio. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001b.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. **As raízes do golpe**: Economia e política na polêmica de Wanderley Guilherme dos Santos com Celso Furtado. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.309-322.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. **O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos**. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020. 267 p.

PINTO, João Alberto da Costa. **Wanderley Guilherme dos Santos no ISEB e o estudo das contradições históricas dos destinos políticos da revolução brasileira (1962-1964)**. Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias. 2019.

ROCHA, Ednéia Silva Santos Rocha. **Fundações privadas americanas e suas relações com o desenvolvimento científico**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 9 Nº 17, Janeiro - Junho de 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, v. 5, Editora Civilização Brasileira, 1962.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro**: Anatomia da Crise. Editora Revistas dos Tribunais Ltda, São Paulo, 1986.

SILVA, Luiz Fernando da. **A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d'O Capital**. *Estudos De Sociologia*, 2(3), 2008.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Antonio Candido de Mello e Souza e Florestan Fernandes**: breves perfis. Mediações, Londrina, v. 15, n.1, p. 203-219, Jan/Jun. 2010.

VIEIRA, Allana Meirelles. **Opiniões à venda**: oposições políticas e divisão intelectual na mídia. 2021. 465 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo e École des Hautes Études, São Paulo/ Paris, 2021.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

SILVA, Dayvison Wilson Bento. Estado, mídia e capital: a construção imagética do negro na sociedade de classes. Revista Fim do Mundo, no 4, jan/abr 2021.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Graduado em Ciências Humanas (Interdisciplinar) pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.